

**500 ANOS DE REFORMA PROTESTANTE: OS DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS DOS EVANGÉLICOS DO BRASIL**

**500 YEARS OF THE PROTESTANT REFORMATION: THE
CONTEMPORARY CHALLENGES OF EVANGELICALS IN
BRAZIL**

**500 AÑOS DE REFORMA PROTESTANTE: LOS DESAFÍOS
CONTEMPORÂNEOS DE LOS EVANGÉLICOS DEL BRASIL**

Guilherme Esteves Galvão Lopes¹

Resumo

Em um ano marcado pelas comemorações do 500º aniversário da Reforma Protestante, este artigo busca analisar os desafios contemporâneos do protestantismo brasileiro, como as relações entre igreja e política, com destaque para a atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional, e as crises doutrinária e de identidade, em decorrência do avanço da *Teologia da Prosperidade* e do *neopentecostalismo*.

Palavras-chave: Bancada Evangélica; Brasil; Política; Protestantismo; Religião.

Abstract

In a year marked by the celebrations of the 500th anniversary of the Protestant Reformation, this article seeks to analyze the contemporary challenges of Brazilian Protestantism, exemplified by the relationship between church and politics, with emphasis on the work of the congressional parliamentary group in the National Congress, and the crisis of doctrine and identity, as a result of the advancement of *Prosperity Theology* and *Neo-Pentecostalism*.

Keywords: Evangelical Bench; Brazil; Politic; Protestantism; Religion.

Resumen

En un año marcado por las conmemoraciones del 500 aniversario de la Reforma Protestante, este artículo intenta buscar análisis de los desafíos contemporáneos del protestantismo brasileño, como las relaciones entre la iglesia y la política, con realce para la actuación del bloque parlamentario evangélico en el Congreso Nacional, las crisis doctrinarias y de identidad, en consecuencia del avance de la *Teología de la Prosperidad* y del *neopentecostalismo*.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC/CPDOC/FGV). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ).

Palabras clave: Bancada Evangélica; Brasil; Política; Protestantismo; Religião.

Introdução

Em 2017 são comemorados os 500 anos da Reforma Protestante: no dia 31 de outubro de 1517, o monge agostiniano Martinho Lutero lançou, na cidade de Wittenberg, suas *95 teses*. Com o ato, Lutero iniciou movimento de contestação ao catolicismo, tendo como resposta do papado sua excomunhão, o que deu origem ao protestantismo, que se expandiu da Alemanha para a Europa e se consolidou em países como Suíça, Holanda, Escócia e Inglaterra (FEBVRE, 2012, p. 116).

No Brasil, a presença protestante foi tomada de percalços em seus primórdios: em 1557, os huguenotes – calvinistas franceses – chegaram à França Antártica, efêmera colônia fundada em 1555 pelo almirante Nicolas Villegagnon. O grupo celebrou o primeiro culto das Américas em 10 de março de 1557. Após desavenças com Villegagnon, foram mortos três signatários da *Confessio Fluminensis*, documento escrito pelo grupo em 1558, que veio a se tornar a primeira confissão de fé do continente americano (LERY, 1961). Em 1560, os franceses foram derrotados e expulsos da Baía de Guanabara.

A segunda tentativa, melhor sucedida, ocorreu no século XVII, quando a Companhia das Índias Ocidentais, liderada pelo calvinista Maurício de Nassau, ocupou o Nordeste brasileiro. Nassau permitiu a liberdade de culto, atraindo outros protestantes e também judeus, que fundaram no Recife a primeira sinagoga do continente americano.² No período, os holandeses organizaram “22 igrejas e congregações, dois presbitérios e um sínodo. As igrejas foram servidas por mais de 50 pastores (“predicantes”), além de pregadores auxiliares (“proponentes”) e outros oficiais”.³

A aventura, no entanto, durou apenas entre 1630 e 1654, quando os holandeses assinaram sua rendição após duras batalhas, como a dos Guararapes. Foi apenas no início do século XIX, após a abertura dos portos brasileiros e o incentivo à imigração europeia ao Brasil, sobretudo alemã e inglesa, que surgiram os grupos que dariam origem às primeiras denominações evangélicas em nível nacional.

² SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL. *Histórico*. Disponível em: <http://www.kahalzurisrael.com>. Acesso em: 12 out. 2017.

³ MATOS, Alderi Souza de. *Breve história do Protestantismo no Brasil*. Disponível em <http://www.mackenzie.br/6994.html?&L=0>. Acesso em: 10 out. 2017.

Entretanto, de acordo com a Constituição do Império, o catolicismo era a religião oficial, sendo permitido apenas o culto doméstico para outras religiões, em locais sem forma exterior de templo, criando dificuldades para o crescimento evangélico no Brasil. O Censo de 1872 apontou que apenas 0,3% da população brasileira, cerca de 30 mil indivíduos, eram *não-católicos*, sem especificar se eram judeus, protestantes ou fiéis de outras religiões.⁴

Foi após a proclamação da República, em 1889, que o Brasil experimentou a liberdade de culto, legalmente a partir da Constituição de 1891, quando foram autorizados também o casamento civil, cemitérios seculares e o ensino público leigo. Em consequência, acelerou-se a aproximação do catolicismo brasileiro com o Vaticano, ao passo que o regime republicano encarava com simpatia o avanço do protestantismo. No Censo de 1890, os evangélicos passaram a ser mencionados nas estatísticas oficiais: 140 mil fiéis, cerca de 1% da população.⁵

As diferentes tendências do protestantismo brasileiro

Ao falarmos dos evangélicos no Brasil, julgamos extremamente necessária a distinção entre as diversas tendências e grupos presentes no seio deste segmento religioso: é senso comum enxergá-los como se fossem todos iguais. É preciso esclarecer que o protestantismo, em geral, é bastante heterogêneo, e no caso brasileiro, existem divisões e subdivisões extremamente relevantes, havendo grupos discordantes entre si em questões teológicas, éticas, morais, sociais, políticas e litúrgicas.

Nossa primeira preocupação, neste sentido, é a conceituação do que é ser evangélico:

O termo evangélico, na América Latina, recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus etc.) (MARIANO, 2012, p. 10).

⁴ TERRA. *A Religião dos Brasileiros*. Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/a-religiao-dos-brasileiros/>. Acesso em: 10 out. 2017.

⁵ CPAD. *Evangélicos, há 202 anos no Brasil*. Disponível em: <http://cpadnews.com.br/conteudo-exclusivo/14160/evangelicos-ha-202-anos-no-brasil.html>. Acesso em: 10 out. 2017.

Acerca das subdivisões do protestantismo brasileiro, é comum a divisão entre *históricos* (popularmente *tradicionais*) e os *pentecostais*. Quanto a estes, a tipificação mais adequada à presente pesquisa é a utilizada por Ricardo Mariano: Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil são designadas como *pentecostais clássicas*; são *deuteropentecostais* a Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja O Brasil Para Cristo e a Igreja de Nova Vida.

A Igreja Universal do Reino de Deus inaugurou a linha *neopentecostal*, onde estão inseridas também denominações como a Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Renascer em Cristo e Igreja Cristo Vive, e mais recentemente a Igreja Mundial do Poder de Deus e a Igreja Plenitude do Trono de Deus. Mariano divide o fenômeno do *pentecostalismo* brasileiro nestas três ondas cronológicas e doutrinárias, tendo as igrejas *históricas renovadas*, ou simplesmente *renovadas*, como uma linha à parte (MARIANO, 2012, p. 23-49).

Doutrinariamente, as igrejas *históricas* são herdeiras das tradições *reformadas*, caracterizadas principalmente pela solidez teológica, relativa rigidez litúrgica e pela tendência à pregação expositiva. Em muitas, não há espaço para louvores e ritmos musicais contemporâneos, nem para o exorcismo público. As *pentecostais clássicas*, surgidas no Brasil na década de 1910, têm como principal característica os *dons espirituais*, sintetizados no fenômeno conhecido por “batismo no Espírito Santo”, com destaque para a *glossolalia*, ou “falar em línguas estranhas” (LOPES, 2015, p. 167-180).

No caso das *deuteropentecostais*, surgidas sobretudo nas décadas de 1950 e 60, além de adotarem muitas características das *pentecostais clássicas*, há espaço também para a *cura divina*, onde fieis relatam a cura instantânea de doenças e de problemas físicos. Por último, estão os *neopentecostais*, presentes no Brasil a partir dos anos 1970 e 80, tendo por base a *Teologia da Prosperidade*:

Chamamos de Teologia da Prosperidade o que nos EUA, local de sua origem, além desse nome, é rotulado por seus críticos de *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Positive Confession*, entre outros. Reunindo crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé, essa doutrina surgiu na década de 40. Mas só se constituiu como movimento doutrinário no decorrer dos anos 70, quando encontrou guarida nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA, pelos quais adquiriu visibilidade e se difundiu para outras correntes cristãs (MARIANO, 2012, p. 151).

O crescimento no período republicano e o pentecostalismo

Diferentes pesquisadores enxergam a presença e o crescimento do protestantismo no Brasil como um fenômeno republicano. Tal fato deve-se à enorme simpatia com a qual republicanos e liberais encaravam a presença evangélica no Brasil, chegando a incentivá-la, pelos motivos que o jurista Rui Barbosa expôs ainda em 1880:

O protestantismo nasceu da liberdade da consciência individual, cuja consequência política é a liberdade religiosa; do protestantismo é filha a instrução popular, que constitui a grande característica, o principal instrumento e a necessidade vital da civilização moderna [...]; ao protestantismo encontra-se associada, em toda a parte, uma exuberância de prosperidade industrial, luxuriante e vigorosa como a vegetação dos trópicos [...], em contraste com os países onde os processos de governo católicos, aplicados em seu rigor, cansaram as almas, e esgotaram a energia moral do povo, esse húmus da riqueza pública, como os métodos exaustivos da lavoura antiga esterilizavam as mais belas regiões da terra (BARBOSA, 1945, p. 164).

Neste sentido, o historiador Lyndon de Araújo Santos acrescenta que “a propaganda protestante ajustava-se aos outros discursos correntes no período como a modernidade, a civilização, a higienização, a ciência e a tecnologia” (SANTOS, 2010, p. 8). Portanto, concluímos que foi a partir da República, e em especial da Constituição de 1891, que as igrejas e grupos protestantes encontraram ambiente propício para seu crescimento e multiplicação, adquirindo gradativamente caráter nacional, contribuindo desta forma para que diversas denominações evangélicas fossem organizadas.

Como consequência do contexto apresentado, ocorreram o crescimento populacional evangélico e o aumento do número de denominações. Até a década de 1920, por exemplo, além dos grupos *históricos*, estavam presentes no Brasil apenas a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã no Brasil. A partir dos anos 1950 e 60, espalharam-se pelo país as cruzadas evangelísticas, em paralelo com a gradativa inserção nos meios de comunicação, principalmente o rádio:

Durante os anos 60, 70 e 80 houve uma multiplicação no número de emissoras no Brasil, especialmente em ondas médias e em frequência modulada. Também a programação religiosa nas rádios passou a atrair

as pequenas e médias igrejas evangélicas, que não necessitavam de grandes recursos para manter os seus programas locais. Às vezes bastava um voluntário ou o próprio pastor e um pacote de discos evangélicos (CAMPOS, 2004, p. 154).

Nas décadas de 1970 e 80, foi a vez dos *neopentecostais*, que ajudaram a consolidar os evangélicos no rádio, dando os primeiros passos rumo à televisão. No entanto, “a inserção dos evangélicos na mídia televisiva brasileira sempre esbarrou no alto custo de cada minuto na TV. Poucos programas evangélicos surgidos no final dos anos 60 no Brasil conseguiram ficar no ar por muito tempo” (CAMPOS, 2004, p. 159).

Foi a partir da Constituição de 1988 que os evangélicos adentraram e se consolidaram na televisão brasileira, auxiliados pelas novas regras legais envolvendo as concessões de rádio e TV e pelo crescente poderio político do segmento. Ainda em 1983, o pastor Nilson do Amaral Fanini conquistou a concessão da TV Rio, projeto que veio a naufragar no início dos anos 1990. Seu canal, no entanto, tornou-se filial da TV Record de São Paulo, adquirida em 1989 pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Atualmente, são incontáveis os espaços ocupados pelos evangélicos na mídia brasileira, destacando-se a RIT, da Igreja Internacional da Graça de Deus; a Rede Gênesis, da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra; a Rede Gospel, da Igreja Renascer em Cristo; a Boas Novas, ligada à Assembleia de Deus; além da constante presença do pastor Silas Malafaia e dos apóstolos Agenor Duque e Valdemiro Santiago em diferentes canais de televisão.

Não existem dados confiáveis relativos ao quantitativo de denominações evangélicas no Brasil. Segundo *O Globo*, de janeiro de 2010 até fevereiro de 2017, “67.951 entidades se registraram na Receita Federal sob a rubrica de ‘organizações religiosas ou filosóficas’, uma média de 25 por dia”, não havendo, entretanto, distinção entre as confissões religiosas registradas. A matéria d’*O Globo* prossegue:

No Rio, dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), mostram que há 21.333 CNPJs ativos de organizações religiosas. De janeiro de 2010 a fevereiro deste ano, houve 9.670 registros. O estado campeão no período foi São Paulo, com 17.052. Não há um cadastro único que apresente todas as igrejas em atividade no país, portanto a verificação da abertura do CNPJ é o caminho mais seguro. Mas, como o processo é autodeclaratório, a Receita ressalva

não ser possível assegurar que todos os cadastros são de organizações religiosas.⁶

De forma oficial, o Censo de 2010 aponta algumas das principais denominações e grupos evangélicos do Brasil, classificados de forma decrescente: Assembleias de Deus (a maior, com 12 milhões de fiéis), Batistas, Congregação Cristã no Brasil, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Adventistas, Luteranos, Presbiterianos, Igreja Pentecostal Deus é Amor e Igreja Cristã Maranata.⁷

O surgimento de novas igrejas, combinado às condições políticas e ao uso crescente dos meios de comunicação, refletiu-se no crescimento dos evangélicos no Brasil. Se em 1890 eles eram apenas 143 mil indivíduos, em 2010 ultrapassavam os 42 milhões. Em 19 anos, entre os Censos de 1991 e 2010, a população brasileira experimentou crescimento de 29,83%. No mesmo período, os evangélicos cresceram mais de 220%, sete vezes mais que a proporção do aumento populacional do país.

Divulgada em 2016, pesquisa do Datafolha indicou que 29% dos brasileiros com mais de 16 anos eram evangélicos, sendo os *pentecostais* a maioria, com 22%, e os *históricos* na outra ponta, com 7%.⁸ Projeções apontam que, em alguns anos, a maioria da população brasileira será evangélica:

[...] a grande novidade do século XXI é que o Brasil está deixando de ser majoritariamente Católico Apostólico Romano e, mantendo-se as atuais tendências, deve passar por uma mudança de hegemonia religiosa nos próximos 20 ou 30 anos. Entre os 10 maiores países do globo, isto deve acontecer somente no Brasil, que é considerado o maior país católico do mundo e, provavelmente, deixará de sê-lo em poucas décadas. O Brasil vai se tornar exemplo de um fenômeno raro, que é a mudança na composição religiosa da população. E, como costuma acontecer na história brasileira, deve ser uma mudança sem grandes rupturas, sem traumas ou batalhas sangrentas (ALVES; BARROS; CAVENAGHI, 2012, p. 147).

A representação política

⁶ O GLOBO. *Desde 2010, uma nova organização religiosa surge por hora*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/desde-2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-por-hora-21114799#ixzz4vJt7wFc5>. Acesso em: 12 out. 2017.

⁷ Dados retirados dos resultados do Censo de 2010 do IBGE.

⁸ DATAFOLHA. *44% dos evangélicos são ex-católicos*. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>. Acesso em: 12 out. 2017.

Em paralelo ao crescimento evangélico, verificamos também o aumento de sua representação em instâncias de poder, já consolidada no Legislativo e crescente no Executivo. Citamos, como maior exemplo, o fato de hoje a cidade do Rio de Janeiro ter no seu comando Marcelo Crivella (PRB), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho de seu fundador, o bispo Edir Macedo.

Destacamos também as candidaturas presidenciais de Anthony Garotinho (PSB), 3º lugar em 2002, com 15 milhões de votos; de Marina Silva, em 2010 pelo PV, com 19 milhões de votos, e em 2014 pelo PSB, com 22 milhões de votos, figurando no 3º lugar em ambas as disputas; e do pastor Everaldo Pereira (PSC), que obteve 780 mil votos (0,75%), ficando em 5º lugar no pleito de 2014.

Mas nem sempre foi assim. Foi a partir de 1934, na eleição para a Constituinte, que os evangélicos se organizaram para eleger seus representantes. O único eleito foi o pastor metodista Guaracy Silveira, por São Paulo. Após o Estado Novo (1937-1945), foi realizada nova Constituinte, e novamente o único eleito foi Silveira. Até 1982, a representação evangélica na Câmara cresceria e se manteria estável, nunca ultrapassando, entretanto, os 13 parlamentares eleitos em 1974.

As eleições de 1986 – novamente para uma Constituinte – foram um divisor de águas na representatividade política dos evangélicos: após grande mobilização, elegeram 32 deputados, inaugurando também o ingresso e o predomínio dos *pentecostais* até a atualidade, além do apoio institucional das denominações e de uma articulação política consolidada do grupo. Entretanto, seu maior interesse era nas concessões de rádio e televisão, juntamente com o envolvimento em debates sobre questões morais e comportamentais, comprometendo sua participação em outras importantes pautas da Constituinte.

Decaindo no número de eleitos em 1990 (23), foi durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que a bancada evangélica, com configuração semelhante à atual, recuperou-se e consolidou-se, saltando dos 32 eleitos em 1994 para os 74 escolhidos para a Câmara dos Deputados em 2014 que, somados aos três senadores eleitos, formaram a maior representação evangélica da história do Congresso Nacional até então.

A crise de identidade: institucional e doutrinária

O atual momento do protestantismo brasileiro é caracterizado por um período de transição, decorrente, em primeiro lugar, da crise institucional que atinge o Estado e também as entidades privadas, incluídas as igrejas evangélicas. Em segundo lugar, o que estimula tal transição é uma crise de identidade que tem como causa o imenso caos doutrinário, que tem desafiado as igrejas *históricas* e os *pentecostais* e levado as igrejas *neopentecostais* para o centro do cenário evangélico brasileiro.

Sobre a crise institucional, diversos pesquisadores têm se ocupado do tema, como Zygmunt Bauman fala a seguir em relação às instituições políticas:

A decadência da política é causada e reforçada pela crise da agenda política. As instituições amarram o poder de resolver os problemas à política. Ela seria capaz de decidir que coisas precisariam ser feitas. Nossos antepassados conceberam uma ordem que dependia dos serviços do Estado-nação. Mas essa ordem não é mais adequada aos desafios postulados pela contínua globalização de nossa interdependência. Com a separação do poder e da política, a gente se encontra na dupla situação de poderes livres do controle político e da política que sofre o *déficit* perpétuo do poder. Daí a crise de confiança nas instituições políticas, uma vez que a política investiu nos parlamentos e nos partidos para construir a democracia como atualmente a compreendemos. Mais e mais pessoas duvidam que os políticos sejam capazes de cumprir suas promessas. Assim, elas procuram desesperadamente veículos alternativos de decisão coletiva e ação, apesar de, até agora, isso não ter representado uma alteração efetiva.⁹

O modelo tradicional das igrejas evangélicas brasileiras tem sido constantemente colocado em xeque. Nas igrejas *históricas*, a crítica é dirigida à burocracia que envolve diversas instâncias deliberativas: concílios, presbitérios, sínodos etc. No entendimento das novas gerações, tal estruturação é inflexível, ocasionando dificuldades no desenvolvimento prático das atividades cotidianas, juntamente com a rigidez litúrgica.

No campo *pentecostal*, a dinâmica se diferencia um pouco. De um lado, algumas denominações *clássicas* se organizam da mesma forma que a maioria das *históricas*: em convenções ou confederações, com a organização de diversas autarquias ou secretarias para tratar dos mais variados assuntos. No entanto, em muitas delas, e também em denominações *deuteropentecostais*, o governo é familiar: o comando das igrejas é transmitido hereditariamente, até mesmo nas que se organizam em órgãos colegiados.

⁹ ÉPOCA. Zygmunt Bauman: “Vivemos o fim do futuro”. Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/zygmunt-baumanb-vivemos-o-fim-do-futuro.html>. Acesso em: 10 out. 2017.

Atualmente, é a tendência *neopentecostal* que mais gera preocupações e inquietações no meio evangélico. A cada ano, surgem inúmeras novas igrejas, sincréticas, com precária coesão doutrinária e sem vínculos com nenhuma convenção ou união de igrejas já existentes. Autointitulados pastores, bispos e apóstolos criam verdadeiras corporações empresariais, investindo milhões de reais em espaços nos meios de comunicação de massa.

O governo destas igrejas é, em sua maioria, autocrático: o líder máximo, geralmente baseado em supostas profecias ou revelações divinas, o exerce de forma incontestável, sem se subordinar a nenhum tipo de instância ou colegiado. Os que contestam são perseguidos, restando a saída por decisão própria ou a exclusão, ocasionando o surgimento de novas e incontáveis igrejas.

Diante deste quadro, surge um fenômeno importante, o dos *desigrejados*: são fiéis que mantêm a prática da oração, dedicam-se à leitura da Bíblia e de autores religiosos. Alguns até organizam grupos e fazem reuniões públicas sem, entretanto, constituir uma igreja no modelo tradicional, institucionalizada e hierarquizada, rejeitando assim rótulos e titulações, traduzindo toda a sua insatisfação com os modelos organizacionais até então apresentados.

Em 2009, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, o número de *evangélicos sem vínculo* havia alcançado 2,9% da população brasileira, contra 0,7% de 2003. A revista *IstoÉ*, que divulgou os dados da pesquisa, relatou o surgimento de “uma nova categoria religiosa, os evangélicos não praticantes”:

Se outrora o padre ou o pastor produziam sentido à vida das pessoas de muitas comunidades, atualmente celebridades, empresários e esportistas, só para citar três exemplos, dividem esse espaço com essas lideranças. Assim, muitas vezes, os fiéis interpretam a sua trajetória e o mundo que os cerca de uma maneira pessoal, sem se valer da orientação religiosa. Esse fenômeno, conhecido como secularização, revelou o enfraquecimento da transmissão das tradições, implicou a proliferação de igrejas e fez nascer a migração religiosa, uma prática presente até mesmo entre os que se dizem sem religião (ateus, agnósticos e os que creem em algo, mas não participam de nenhum grupo religioso).¹⁰

¹⁰ ISTOÉ. *O novo retrato da fé no Brasil*. Disponível em <https://istoe.com.br/152980_O+NOVO+RETRATO+DA+FE+NO+BRASIL/>. Acesso em: 10 out. 2017.

A mesma matéria relata também o trânsito de evangélicos entre as igrejas *históricas*, e o trânsito constante entre fiéis das igrejas *neopentecostais*:

Em sua dissertação de mestrado sobre as motivações de gênero para o trânsito de pentecostais para igrejas metodistas, defendida na Umesp, a psicóloga Patrícia Cristina da Silva Souza Alves verificou, depois de entrevistar 193 protestantes históricos, que 16,5% eram oriundos de igrejas pentecostais. Essa proporção era de 0,6% (27 vezes menor) em 1998, como consta no artigo “Trânsito religioso no Brasil”, produzido pelos pesquisadores Paula Montero e Ronaldo de Almeida, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Os neopentecostais, porém, possuem uma particularidade. Seus fiéis trocam de igreja como quem descarta uma roupa velha: porque ela não serve mais. São a homogeneização da oferta religiosa e a maior visibilidade de algumas denominações que produzem esse efeito.

Por fim, verificamos o número de brasileiros sem-religião: o Censo de 2010 apontou que 8% da população não era adepta de nenhuma religião, contra 7,4% do Censo de 2000. No mesmo período, os evangélicos *pentecostais* e *neopentecostais* cresceram de 10,4% para 13,4%, os evangélicos *históricos* mantiveram-se em 4,1%, e os evangélicos não determinados saltaram de 1% para 4,9%.

A crise de representação política

A crise de identidade dos evangélicos brasileiros e a desconfiança nas instituições refletem-se também na representação política. Citamos, neste caso, dois dos exemplos mais recentes: o *Escândalo dos Sanguessugas* (ou *Máfia das Ambulâncias*), em 2006, e o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

No caso específico do *Escândalo dos Sanguessugas*, o que chamou à atenção foi o número de evangélicos envolvidos no esquema: eles eram 25 dos 72 que tiveram recomendação para abertura de processo disciplinar. A consequência direta do escândalo foi a redução do tamanho da bancada: de 57 eleitos em 2002, ela foi reduzida quase pela metade, com 32 eleitos em 2006 (LOPES, 2015, p. 3-4).

O outro caso foi o que culminou na cassação da presidente Dilma Rousseff, em 2016, no decorrer de seu segundo mandato. Liderada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), presidente da Câmara dos Deputados, a bancada evangélica foi protagonista do processo de *impeachment*, que tinha como motivação as *pedaladas*

fiscais, que seriam remanejamentos ilegais dentro do orçamento da União visando falsos superávits fiscais.

Em paralelo, Cunha se tornou um dos personagens principais no contexto da Operação Lava-Jato, que apura esquemas de corrupção em contratos da Petrobras. Alvo da operação no fim de 2015, o peemedebista deu andamento aos pedidos de *impeachment* contra Dilma Rousseff em retaliação à postura do PT no Conselho de Ética na Câmara, que votou pela abertura de processo por quebra de decoro parlamentar.

Com apoio da bancada evangélica, Dilma Rousseff foi cassada em 31 de agosto de 2016, com a posse definitiva do vice-presidente Michel Temer, que exercia a presidência interinamente desde a abertura do processo no Senado, no dia 12 de maio. Aliado de Cunha, Temer colocou em pauta algumas de suas promessas, como as reformas previdenciária, trabalhista e política. Nesta, os evangélicos têm sido acusados constantemente de fisiologismo por defenderem o *distritão*, sistema que elegeria os deputados mais votados de cada estado, dando fim ao sistema proporcional.

Entretanto, o *distritão* é considerado falho e antidemocrático, abrindo espaço para abusos de poder político e econômico. Foi abandonado pelo Japão e é utilizado em apenas quatro países do mundo, entre eles a Jordânia e o Afeganistão. A bancada evangélica teria interesse no modelo, pois, favorecidos pela mídia, seus candidatos teriam mais chances eleitorais, ampliando a representação da bancada.¹¹

Eleito com o apoio dos evangélicos do estado do Rio de Janeiro, que em 2014 lhe confiaram mais de 232 mil votos, Eduardo Cunha

cedeu às pressões e renunciou ao cargo de presidente da Câmara em julho. Menos de duas semanas após a cassação de Rousseff, Cunha foi cassado, pelo placar esmagador de 450 a 10, após 335 dias do pedido, sendo considerado o processo mais longo da história do Legislativo federal. Em 19 de outubro, foi preso preventivamente pela Polícia Federal, devido às acusações provenientes da *Operação Lava-Jato* (LOPES, 2016, p. 911).

Conclusão

¹¹ FOLHA. *Evangélicos apostam em 'distritão' para ampliar bancada na Câmara*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1910522-evangelicos-apostam-em-distritao-para-ampliar-bancada-na-camara.shtml>. Acesso em: 12 out. 2017.

Diante deste quadro, concluímos que, embora tenha crescido numericamente, o protestantismo brasileiro não conseguiu, ainda, produzir transformações profundas na sociedade brasileira. Esta preocupação é compartilhada por lideranças evangélicas expressivas, como o reverendo Guilhermino Cunha, que foi pastor da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro: “Não basta crescer só em números, mas também na vivência do Evangelho. O aumento dos evangélicos deveria significar menos violência, menos presos, menos crianças abandonadas”.¹²

O exemplo disso é a inserção na política: ao invés de influenciar o meio, são influenciados. O envolvimento de evangélicos em diversos escândalos de corrupção, em práticas consideradas fisiológicas, em *lobbies* como o da indústria armamentista e em negociações obscuras, como as que envolveram as concessões de rádio e televisão durante o governo José Sarney (1985-1990), demonstram que a *práxis* política de muitos de seus representantes está em oposição ao discurso, contribuindo diretamente para a crise do modelo evangélico brasileiro.

As formas de organização, que variam entre os extremos da completa burocracia à anomia institucional, passando pelo autoritarismo espiritual, são contestadas tanto pelas antigas gerações, decepcionadas com o reflexo destas estruturas na vida das igrejas, como pelas novas que, diante de um mundo onde as mídias sociais e a velocidade das informações têm influenciado claramente a cosmovisão, não se sentem contempladas pelas estruturas e modelos tradicionais.

Portanto, a intenção deste artigo é alertar a sociedade brasileira, em especial os evangélicos, para os rumos que o protestantismo brasileiro vem tomando. Tendo em vista a iminente hegemonia evangélica dentro de algumas décadas, torna-se urgente a construção de modelos que prezem a valorização do indivíduo, sem que aspectos da vida em comunidade, intrínseca ao cristianismo, sejam esquecidos. Necessário é, também, que as lideranças evangélicas brasileiras reflitam sobre sua atuação, levando em conta o essencial: o cristianismo puro e simples, que somados a um alto padrão ético, à responsabilidade social e aos valores democráticos do Estado de direito, como a liberdade de culto, conduzirão os evangélicos a outro patamar na história brasileira.

Referências bibliográficas

¹² EXTRA. *Maioria da população da Baixada é de evangélicos. Seropédica lidera o ranking*. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/maioria-da-populacao-da-baixada-de-evangelicos-seropedica-lidera-ranking-5531876.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

ALVES, José Eustáquio Diniz; BARROS, Luiz Felipe Walter; CAVENAGHI, Suzana. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. *REVER – Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, PUC-SP, ano 12, n. 2, jul.-dez. 2012.

BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. v. 7, t. 1.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. *Revista USP*, São Paulo, USP, n. 61, mar.-mai. 2004.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

LOPES, Augustus Nicodemus. *Polêmicas na Igreja: doutrinas, práticas e movimentos que enfraquecem o cristianismo*. São Paulo: Mundo Cristão, 2015.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. *Por que os evangélicos não mudaram o Brasil? Análise histórica da atuação evangélica no Congresso Nacional (1982-2006)*. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Florianópolis, 2015.

_____. Eduardo Cunha, a bancada evangélica e o *impeachment* de Dilma Rousseff. XI Semana de História Política, 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, PPGH/UERJ, 2017.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2012.

SANTOS, Lyndon de Araújo. O Protestantismo no advento da República no Brasil: discursos, estratégias e conflitos. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano III, n. 8, set. 2010.